

Os jangadeiros de Vargas:

Reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses

Berenice Abreu de Castro Neves
Universidade Estadual do Ceará

”É uma vida desgraçada essa nossa, tão desgraçada que parece que as autoridades tem medo de olhar pra ela cara a cara”.

Mestre Jerônimo

DOS VERDES MARES BRAVIOS MAIS UMA VEZ PARTE UMA JANGADA: PREÂMBULO

Passados dez anos da viagem dos jangadeiros cearenses ao Rio de Janeiro, sede do governo Federal, eis que novamente dos “verdes mares bravios”, referidos no romance de José de Alencar, parte uma nova jangada, dessa vez batizada de *Nossa Senhora de Assunção*. Apesar de, nessa década, como nos informa Câmara Cascudo em *Jangada e Jangadeiros*, já está acontecendo a substituição da velha jangada de paus pela jangada de tábuas, que acrescenta à antiga estrutura um pequeno convés, os jangadeiros ainda preferem a antiga e é uma dessas que servirá de transporte aos cinco jangadeiros. Quem a fabrica é “Quinta-Feira”, segundo informações dos pescadores, um dos melhores fabricantes de jangada do Ceará; na vela uma pintura de Nossa Senhora de Assunção, padroeira de Fortaleza, pintada pelo artista cearense Antônio Bandeira.

O Presidente da República era, mais uma vez, repetindo 1941, Getúlio Vargas, que agora estava no poder em um regime democrático e eleito pelo voto dos brasileiros, com expressiva votação entre os operários, segundo acentuam Fernando Teixeira da Silva e Antônio Luigi Negro.¹

¹ SILVA, F. T. da e NEGRO, A. L. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J. e

A bordo da Nossa Senhora de Assunção, o mesmo mestre Jerônimo (com 52 anos), o sexagenário Raimundo Correia Lima, o Tatá (com 62 anos), e Manuel Pereira da Silva, o Manuel Preto (com 49 anos), antigos companheiros de Jacaré², que fizeram com ele a viagem até a capital da República, a bordo da jangada São Pedro, em 1941. Mais dois Manuéis vieram juntar-se aos veteranos: eram os pescadores Manuel Lopes Martins (59 anos) e o sobrinho de Mestre Jerônimo e mais novo do grupo, Manuel Batista Pereira (com 30 anos), a quem o jornalista do *Unitário* (14/10/1951) descreve como “moço e forte como um touro”.

Na viagem de 1941, se Jerônimo exercia a função de mestre, isso parecia se limitar ao saber técnico indispensável para guiar com segurança a jangada, já que os jangadeiros na época não utilizavam qualquer aparato técnico para orientação, a exemplo da bússola, astrolábio ou carta de navegação. Uma jangada, sendo uma embarcação a vela, movimenta-se, principalmente, pela ação do vento, mudando a posição da vela de acordo com o sentido dos ventos. Aliás, esse saber e o desprezo por aqueles instrumentos eram motivos de assombro por todos que toparam com os jangadeiros da *São Pedro*, ao longo da costa brasileira. À admiração de seus contemporâneos, os pescadores respondiam com larga risada, dizendo que os pescadores se guiavam mesmo pelas estrelas.³

Em outubro de 1951, os cinco tripulantes da jangada *Nossa Senhora de Assunção*, partem rumo a Porto Alegre, levando na bagagem, além dos apetrechos necessários a tão longa e arriscada travessia, memoriais contendo a reivindicações da classe. Mas, como disse Mestre Jerônimo a um jornalista, não iam pedir nada de novo, apenas cobrar o cumprimento das promessas feitas.

DELGADO, L. A. N. (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

² Manuel Olimpio Meira, conhecido como Jacaré, morreu nas águas da Guanabara, em 19 de maio de 1942, quando filmava para o diretor americano Orson Welles as cenas da chegada da Jangada *São Pedro* ao Rio de Janeiro. Cf. NEVES, Berenice Abreu de C. *Do Mar ao Museu: a saga da jangada São Pedro*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001; e NEVES, Berenice Abreu de C. *O Raid da Jangada São Pedro: pescadores, Estado Novo e luta por direitos*. Tese de Doutorado em História Social apresentada a UFF. Niterói: 2007.

³ Id. *Ibidem*.

O “CHEFE DOS PESCADORES” FICA OMBRO A OMBRO COM O “CHEFE DO ESTADO: O PACTO TRABALHISTA, GANHOS SIMBÓLICOS E AS PROMESSAS DE GANHOS MATERIAIS

Por ocasião da viagem de Jacaré e de seus companheiros, em 1941, argumentei em trabalho anterior que havia um “projeto” norteando a ação daqueles trabalhadores, tomando de empréstimo a noção sugerida por Gilberto Velho, que pressupõe uma carga de racionalidade.⁴ As noções de “campo de possibilidades”, “negociação da realidade” e “metamorfose” conferem àquele conceito um caráter mais plástico e dinâmico, demonstrando toda sua capacidade de transformação e adaptação.

Desse modo, Jacaré, desde quando assume a direção da Colônia de Pesca Z-1, da Praia de Iracema, em 1939, e procura a professora da instituição revelando seu sonho de ir até a Capital Federal falar com o presidente, tem início a elaboração desse projeto. A revelação do sonho tem um sentido para o jangadeiro, e precisava da professora para aprender a ler e escrever, condição, para ele, necessária para aquela ação. Junta-se ao companheiro Tatá, mais antigo naquela comunidade pesqueira, agrega outros companheiros, mobiliza os “amigos graúdos”, acionando a rede paternalista que o envolvia, recorre aos jornalistas e autoridades civis e religiosas e parte para “pedir direitos”.

Ora, naquele campo de possibilidades, os trabalhadores se enxergavam referidos no discurso do Estado Novo de Vargas e sentiam-se “autorizados” a empreender seus protestos e demandas. Se o Estado visualizava, na viagem daqueles corajosos trabalhadores, uma oportunidade para reafirmar “idéias-imagens” caras a sua política social e levando-se em consideração o contexto de limitação dos direitos políticos, em virtude do Estado ditatorial instaurado em 1937, os jangadeiros enxergaram na prática política oficial uma porta aberta ao entendimento e à colocação de denúncias e demandas. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro, então diretor do Departamento Nacional do Trabalho, escrevendo ao Major Filinto Muller,⁵ chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro,

⁴ VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

⁵ Ofício n. 165, de 12 de Novembro de 1941. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro: Fundo Polícia Política, setor Estados_- Ceará.

nos dá mostras do enquadramento realizado pelo Estado da ação dos jangadeiros do Ceará:

(...) considere adequado o motivo e conveniente a oportunidade para, em torno de uma ideia e de um feito acessível à inteligência e ao sentimento dos trabalhadores, promover uma grande demonstração nacionalista no sentido de comover a consciência cívica do proletariado. Esse objetivo está sendo plenamente alcançado pelo entusiasmo com que entidades sindicais assumiram a iniciativa do movimento.

Essa “justificativa” feita por Rego Monteiro está bem de acordo com o investimento do getulismo, no primeiro governo Vargas, em estimular e promover situações e rituais de culto à Pátria – “consciência cívica”, como traduziu o diretor. Era preciso, naquele contexto, tocar o sentimento dos cidadãos, emocioná-los e, a partir daí, envolvê-los criando a ideia imagem de um só movimento, onde não cabiam as diferenças, cisões, conflitos. Não foi por acaso, portanto, que a nova data escolhida para a chegada dos jangadeiros, depois de frustrada a pretensão inicial da entrada triunfal no dia 10 de novembro, aniversário do Estado Novo, tenha sido, justamente o aniversário da República brasileira, o 15 de Novembro. Segundo Eliana Dutra,⁶ essa era uma das datas selecionadas pelo Estado para promoção do “espírito cívico” no país.

Mas, de modo perspicaz e até certo ponto paradoxal, Jacaré reafirmava, nas várias oportunidades em que discursou ou falou aos jornalistas, que ia “pedir direitos”. Essa expressão sugere os limites da ação reivindicatória dos jangadeiros de 1941 e, ao mesmo tempo, sinaliza para a “via de mão dupla”⁷ que se estabeleceu na relação entre Estado e trabalhadores, no pós-1930, e mais sistematicamente visualizada após 1942, naquilo que se passou a chamar de Trabalhismo. Como tentei demonstrar em minha tese defendida em 2007, os jangadeiros procuraram aproveitar a brecha aberta pelo Estado de Vargas do modo que perceberam como sendo possível fazer denúncias, apresentar propostas para a melhoria das condições de vida da categoria e, enfim, “pedir direitos”.

⁶ DUTRA, Eliane R. F. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil nos anos 30*. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Ed. UFRJ / UFMG, 1997.

⁷ GOMES, Ângela de C. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro / São Paulo: IUPERJ / Vértice, 1988.

Falemos, inicialmente, dos ganhos simbólicos. Acredito, como Ângela de Castro Gomes, que esses ganhos simbólicos formam o elemento integrador daquilo que essa autora chamou de “pacto trabalhista”. Penso que isso se aplica ao caso dos jangadeiros da *São Pedro* e, como veremos, continua funcionando como elemento impulsionador e legitimador das viagens com fins reivindicatórios, ocorridas na década de 1950. Refiro-me ao ganho simbólico da reciprocidade – ser recebido pelo Presidente, falar e denunciar, que acabou por sustentar a confiança no Estado, como uma via capaz de amparar os trabalhadores, estimulando novas investidas reivindicatórias, realizadas através da viagem e do contato direto. No caso dos pescadores da *São Pedro*, esses ganhos simbólicos se combinaram com a “promessa” dos ganhos materiais, vislumbrados com a assinatura do decreto incorporando-os no importante Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos. Jacaré, matreiro e esperto como era, declarou ao jornalista cearense em seu retorno a Fortaleza: “aquele decreto, se for cumprido, pra nós é um colosso”.⁸

O decreto assinado por Vargas, como resposta às reivindicações dos jangadeiros, se mostrou ineficaz para resultar em benefícios concretos para a categoria. Sendo a pesca artesanal uma atividade semi-autônoma, que gera uma baixa acumulação de capital financeiro aos pescadores, e ainda em decorrência da parcial subordinação desses trabalhadores aos proprietários dos meios de produção, em especial a jangada, não era possível contribuir com o sistema previdenciário e dele obter benefícios sociais. Como parece ter vislumbrado Jacaré, aquelas promessas sinalizadas com o decreto não foram cumpridas.

EM OUTROS MARES, SEMPRE A MESMA JANGADA CABOCLA: A COBRANÇA DAS PROMESSAS E O ACERTO DE CONTAS

⁸ Jacaré fez esse comentário ao jornalista Paulo Cabral em entrevista dias após o retorno a Fortaleza. A íntegra do programa pode ser encontrada no Jornal *Correio do Ceará*. Fortaleza, 2 de dezembro de 1941.

Em 1951, passados dez anos da viagem da *São Pedro*, novamente os jangadeiros do Ceará visitam recorrentemente a redação dos jornais locais, em especial o jornal dos Diários Associados, o *Unitário*, a fim de sensibilizar as autoridades e a opinião pública para a miséria em que continuavam vivendo. Os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, fizeram o patrocínio jornalístico em 1941, tanto os jornalistas e os jornais do Ceará, como aqueles de outros estados por onde passou a *São Pedro*, cobrindo com farto material aquela viagem. Mesmo antes dela, os jangadeiros já se utilizavam da imprensa como um canal de divulgação de seus protestos e demandas, a exemplo do protesto realizado em 1939⁹, ano em que Jacaré assume a presidência da Colônia Z-1, quando cerca de 100 jangadeiros vão aos jornais reclamar da lei municipal que fixava certos pontos para a venda do pescado.

Em julho de 1951, Jerônimo, a quem o jornalista se refere como alguém “sensível à miséria dos pescadores”, procura a redação do *Unitário* e revela que havia ido até o Presidente Vargas reivindicar, dentre outras coisas, a retirada do atual titular da Delegacia de Caça e Pesca no estado, e autorização para que os pescadores pudessem, eles próprios, fiscalizar a movimentação financeira das colônias.¹⁰ Essa viagem, feita na terceira classe de um navio do Loyde, resultou em uma “acerto”, segundo expressão do jornalista, entre o pescador e o presidente, tendo esse último se comprometido a atender as reivindicações. Aos pescadores, segundo o “acerto”, cabia a escolha de alguém representativo da categoria. Em reunião, os pescadores escolheram o pescador José Pinto Pereira para representá-lo.

A demora no cumprimento dessa promessa parece ter estimulado o veterano Jerônimo a novamente arrumar uma jangada e partir – dessa vez não falam em “pedir direitos”, o tom é de cobrança. Mais uma vez, é acionada a estratégia política de provocação da opinião pública e das autoridades, com uma viagem de jangada. Veja o tom da decisão de Jerônimo¹¹:

⁹ Cf. NEVES, Berenice Abreu de C. *O Raid da Jangada São Pedro: pescadores, Estado Novo e luta por direitos*. Op. Cit.

¹⁰ Jornal *Unitário*. Fortaleza, 20 de Julho de 1951.

¹¹ Jornal *Unitário*. Fortaleza, 12 de Setembro de 1951.

O que queremos é que melhores condições de vida, tantas vez prometidas, nos sejam dadas. (...) Somos obrigados a ser heróis (...) desde uma vez que nossa vida nos obriga continuamente a ser heróicos. Nosso *raid* ao Rio Grande do Sul será apenas para cobrar as promessas feitas, e essa cobrança só poderá ser feita de corpo presente, como vamos fazer.

Mas, de “corpo presente”, a demanda já tinha sido feita em julho desse mesmo ano. Na verdade, o que a viagem de 1941 ensinou a esses jangadeiros era a imensa capacidade de sensibilização, pela visibilidade que confere, de uma viagem de jangada. Apesar de serem “outras águas” a serem singradas, me refiro tanto os mares no trajeto ao Rio de Janeiro ou Porto Alegre, como ao ambiente político. A embarcação era a mesma velha e rústica jangada de seis paus de *piúba* e no poder um velho conhecido dos pescadores, o Presidente Getúlio Vargas.

Diferente, também, era o tom das matérias jornalísticas que trataram da viagem e das demandas dos jangadeiros. A euforia dos tempos do Estado Novo foi substituída por ironias e cobranças ao presidente e à sua política. No caso dos jangadeiros, os jornalistas enfatizavam a questão das promessas não cumpridas. Mas, contrariando as expectativas dos jornalistas, e mesmo demonstrando um certo cansaço, Mestre Jerônimo continua a insistir na via do Estado para a solução dos problemas dos jangadeiros. Falando a um jornalista¹², criticou o Ministro da Agricultura, mas continuou a dar mostras que a confiança em relação ao Presidente não foi abalada:

Nada temos. O pescador do NE vive como Deus é servido, sem amparo, sem assistência de qualquer de qualquer espécie. A jangada é sua única riqueza. (...) O Ministro da Agricultura mandou ao NE um técnico desses ensacados, que nada entendem do assunto, e vivem a atrapalhar os jangadeiros. O jangadeiro, no entanto, não perdeu esperança no presidente da República.

Interessante observar a facilidade com que esses trabalhadores são recebidos pelo presidente, prática coerente com o personalismo de Vargas e com o trabalhismo. Enquanto os cinco pescadores enfrentavam o mar e temporais para chegar até a capital federal, o mesmo José Pinto Pereira, o escolhido para assumir a Delegacia de Caça e Pesca, viaja novamente ao RJ e cerca o presidente e seu ministro no Palácio do Catete. Por três vezes consegue chegar até Vargas e, segundo acentua o jornal, não consegue chegar perto de seu Ministro da Agricultura. Na terceira vez, se misturando a um grupo

¹² Jornal *Unitário*. Fortaleza, 03 de janeiro de 1952.

de estivadores que estavam em audiência com o presidente, travou com esse o seguinte diálogo:

Vargas, espantado, perguntou ao pescador: _“Você ainda está por aqui? Então, o que resolveu?” Ao que José Pinto Pereira respondeu: _”Pois é, Presidente, a verdade é que ainda estou esperando. Já estive mais de dez vezes no Ministério e ainda não pude falar com o Ministro. O meu dinheiro está se acabando e eu acho que vou me embora.”

Se, no contexto de 1941, Vargas e sua equipe receberam os jangadeiros em uma audiência pública, ocasião em que mandou abrir os portões de sua residência oficial, o Palácio Guanabara, em dezembro de 1951, encontrou os jangadeiros em uma audiência privada.

Do Rio de Janeiro, os jangadeiros seguem até o Rio Grande do Sul, revelando aos jornalistas o desejo de conhecer São Borja, terra do Presidente Vargas. Ao governador Dorneles Vargas, primo do presidente, entregam um memorial, e seguem cumprindo uma agenda de visitas e festividades promovidas entusiasticamente pelos gaúchos. Em tom de desafio, Mestre Jerônimo revela, orgulhoso, a um jornalista do Rio Grande do Sul que o próximo destino de uma jangada cearense seria os Estados Unidos da América.

De volta ao Ceará, os tripulantes da *Nossa Senhora de Assunção* se envolvem com a criação do Sindicato dos Pescadores do Ceará, uma das ações do Estado resultante do acerto de contas por ocasião da viagem. O presidente substitui o titular da Delegacia de Caça e Pesca no Estado não pelo pescador José Pinto Pereira, alvo de boatos de ter ligação com o Partido Comunista,¹³ mas por Stênio Azevedo, um velho amigo dos pescadores, um “amigo graúdo”, é certo, um dos apoiadores do *raid* de 1951. Também acompanham a execução do “plano completo de amparo aos pescadores e regulamentação das respectivas profissões”, que previa, além da sindicalização, o fornecimento de jangadas aos pescadores. O tal plano devia beneficiar Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.¹⁴

¹³ Um grupo procura o Jornal *Unitário* para desmentir tal “boato”, afirmando que esses boatos queriam indispor os jangadeiros com as autoridades do Rio de Janeiro.

¹⁴ Jornal *Unitário*. Fortaleza, 20 de Agosto de 1952.

AS PROMESSAS NO CONTEXTO DO TRABALHISMO BRASILEIRO –
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jorge Ferreira, em seus trabalhos,¹⁵ vem acompanhando a trajetória política do Presidente Getúlio Vargas, em seus dois mandatos, procurando, dentre outras questões, compreender as razões da adesão de parte dos trabalhadores brasileiros ao trabalhismo. Desses estudos, identifica aquilo que chamou de “geração” de homens que empreendem uma leitura da realidade brasileira e inauguram uma nova forma de entendimento da relação capital-trabalho e da relação do Estado com os trabalhadores, implementando uma nova política social.

Seguindo a trilha aberta por Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes,¹⁶ venho perseguindo a ação social de trabalhadores cearenses, os jangadeiros, procurando decifrar a compreensão que esses sujeitos têm da ação do Estado e de que modo vão organizar suas ações tendo em vista a conquista de direitos sociais. É nesse sentido que minhas pesquisas têm priorizado as viagens que esses pescadores realizam tendo em vista sensibilizar as autoridades e a opinião pública para as precárias condições de vida da categoria.

É certo que o elemento impulsionador dessas viagens, ocorridas em 1941 e 1951, é o conhecimento e mesmo a certeza da via direta de entendimento com representantes do governo brasileiro, em especial com o próprio presidente da República. Se Jerônimo e seus companheiros se mostram cansados das promessas, eles ainda demonstram fôlego e confiança nessa via, e apostam nela. Isso faz parte dos ganhos simbólicos dessas viagens que considero de suma importância, especialmente, no fortalecimento da identidade do jangadeiro, dando sinais de reciprocidade na ação do

¹⁵ FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Id. *Trabalhadores no Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997; Id. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas.” *Estudos Históricos*, v. 3, n. 6, p. 180-195, 1990; Id. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁶ GOMES Ângela de C. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. Cit.; Id. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; Id. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Op. Cit.

Estado, conferindo aos “porta-vozes”, quatro em 1941 e cinco em 1951, uma legitimidade. Ser recebido pelo presidente, ficar “ombro a ombro com ele”, como disse Jacaré em 1941, não é pouca coisa.

Não obstante as diferenças, enxergo uma continuidade entre a primeira viagem e a segunda. A liderança política da jangada é transferida para o mestre técnico da embarcação. Na primeira viagem, Jerônimo quase não se manifesta, não usa o microfone nem uma vez, somente em algumas passagens dá algum depoimento. Com a morte de Jacaré, como que por um compromisso moral, é ele quem lidera o grupo, falando aos jornalistas, discursando, tratando com o governador do Ceará, com o presidente da República, enfim...

No começo da década de 1950, a imprensa ainda se mostra sensível à causa dos populares, se colocando como amplificador de suas demandas. Os jangadeiros recorrem com frequência a essa via e as viagens não teriam sentido sem a visibilidade proporcionada pelas matérias estampadas nas folhas de jornal de todo o país. Na viagem de 1951, um outro meio de comunicação é bastante mobilizado, inclusive para dar informações sobre o paradeiro dos pescadores; refiro-me ao Rádio Amador.

Os jangadeiros permanecem se valendo de uma dupla estratégia de ação política, combinando-a e acionando-a em momentos que lhes parecem convenientes. Falo da ação de reverência/homenagem e na ação de contestação/protesto. Em 1941, em virtude do contexto político, dando provas da negociação da realidade que se opera, o tom de reverência sobressai e é o mais acionado, não tendo conseqüência o abafamento da contestação. Jacaré disse a um jornalista do RJ que falou tudo o que queria. De fato a repercussão política do *raid* de 1941 foi grande e as denúncias sérias.

A escolha do roteiro Fortaleza-Rio Grande do Sul pode ser entendida como representativa da ação de reverência, era uma homenagem ao velho amigo dos pescadores, que queriam conhecer e tocar a terra do Presidente. Nesse sentido, participaram de um churrasco na Fazenda Itu, de propriedade do Presidente, e declararam aos jornalistas a disposição de ir até São Borja. Mas não deixaram que suas ações, a viagem arriscada, fosse valorizada apenas do ponto de vista do feito esportivo. Em várias ocasiões, Jerônimo tomava para si a palavra e ressaltava os fins políticos que

os moviam. A vida os obrigava a ser herói, como revelou, mas o que queriam mesmo eram melhores condições de vida para a classe.

Na viagem de 1941, a rede paternalista que cercava os pescadores foi fartamente mobilizada; na de 1951, ela ficou bem mais restrita. Nada de padrinhos, foi outra lição tirada da viagem de 1941. Argumentei, por ocasião da pesquisa anterior, que entendia a viagem de 1941 como momento importante no aprendizado de classe. Jacaré declarou aos jornalistas que pensava que ia falar em nome dos pescadores do Ceará, mas, ao percorrer o litoral brasileiro e topor com outros “irmãos de palhoça e de sofrimento”, entendeu que falava em nome dos “Pescadores do Norte”. Na fala de Jerônimo e dentro das condições de possibilidade dos anos de 1950, era a “classe” que ele e seus companheiros representavam. Não iam mais “pedir direitos” e sim “cobrar” as promessas feitas.

Com a morte do Presidente Vargas, foram silenciadas as vozes dos “pescadores do Norte”? A pergunta vai ficar, pelo menos por enquanto, sem resposta. Ao invés de respondê-la, informo ao leitor que, em 1958, nas águas desenvolvimentistas do período JK, ainda tremulava a vela de uma jangada, rumo, não aos Estados Unidos, mas a Buenos Aires. O nome da jangada, estampada na branca vela, não era mais a de um santo, mas sim outra homenagem aos trabalhistas: *Maria Tereza Goulart*, nome da esposa do Vice-presidente João Goulart – um “amigo do presidente Vargas”, como disse um dos tripulantes dessa jangada, o pescador Zé de Lima.¹⁷

¹⁷ O jornalista Raimundo Caruso entrevistou o pescador Zé de Lima, que viajou juntamente com Mestre Jerônimo até Buenos Aires em 1958. Cf. CARUSO, Raimundo C. *Aventuras dos Jangadeiros do Nordeste*. Florianópolis: Panam Ed. Culturais, 2004.